

Portfólio

MPPA

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Ceaf.

2023

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL



- **CURSOS**
- **ESTUDOS**
- **SIMPÓSIOS**
- **PESQUISAS**

- **SEMINÁRIOS**
- **CONGRESSOS**
- **PUBLICAÇÕES**
- **GRUPOS DE ESTUDO**



CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR

Procurador-geral de Justiça
Gestão 2023-2025

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Subprocurador-geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Subprocurador-geral para a área de gestão-planejamento estratégico

JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES

Diretor-Geral do CEAF

Elaboração

EQUIPE CEAF/MPPA

Projeto gráfico e diagramação

ANDERSON RODRIGO C. DOS SANTOS - CEAF/MPPA

Fotos e Imagens

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM/MPPA

Belém, 2023

Ceaf.

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

 (91) 4006-3648 / 3649 / 3650 / 3409 / 3527

 @CEAFMPPA

 ceaf@mppa.mp.br

 Rua João Diogo nº 52, Bairro da Cidade Velha, Belém - Pará, CEP 66.015-160

Mensagem do PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



César Bechara Nader Mattar Júnior
Procurador-Geral de Justiça do
Ministério Público do Estado do Pará

” Como resultado das ações desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPPA) durante o ano de 2023, tenho a grata satisfação de apresentar ao público interno e externo este Portfólio que contém o resumo do que foi feito pela equipe do CEAF em parceria com outras Unidades do MPPA.

Fiz, em 2022, a apresentação do Portfólio daquele ano, e os números já falavam por si em relação ao período anterior (2021). Houve, mesmo em face do bom trabalho em 2022, um incremento nas atividades. No que se refere a cursos, por exemplo, em 2022 foram 80, em 2023, 117, inscritos foram 4.300 em 2022, em 2023, foram 15.212, certificações em 2022 foram 2.700, em 2023, foram 8.976.

As atividades desenvolvidas pelo CEAF estão, contudo, para além de cursos de curta duração. Estamos com um Mestrado em Segurança, em parceria com a UFPA, em andamento, uma Especialização em Direitos Humanos, em parceria com a UFPA, em fase de finalização, um curso de Aperfeiçoamento sobre Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais, também com a UFPA, em andamento, e uma Especialização em Direito Eleitoral preparatória para as Eleições Municipais deste ano (2024), com o CESUPA, em andamento.

Diversos eventos foram realizados no interior do Estado como Marabá, Santarém, Altamira, Soure etc., um modo de interiorizar as ações da Administração Superior, que tem sido uma das preocupações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Publicações importantes foram conduzidas pelo CEAF como a Cartilha Antirracista, o E-book “MP e Literatura”, o E-book jurídico “MP e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas”, e o feito inédito de termos a Revista Jurídica do MP Pará com Qualis B4.

Deixo aos leitores que verifiquem por si essas e outras ações realizadas pelo CEAF durante o ano de 2023, as quais estão resumidas neste Portfólio, e, de modo completo, apresentadas a esta Procuradoria-Geral de Justiça sob a forma de relatório, que por sua vez integra o relatório geral da atual Gestão - exercício 2023.

César Bechara Nader Mattar Júnior

Procurador-Geral de Justiça

Mensagem do MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL



José Edvaldo Pereira Sales
Diretor-Geral do CEAF

” É com entusiasmo que trago a público este Portfólio com as atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará (CEAF/MPPA) durante o exercício de 2023. Na condição de atual Diretor-Geral do CEAF, não tenho isenção para falar. Mas, deixo a cargo dos leitores a avaliação de cada uma das ações desenvolvidas, que, em muito, superaram as do exercício anterior (2022).

Ações que abrangem as mais diversas áreas de competência do CEAF, que vão desde eventos em geral, cursos de curta duração, cursos de pós-graduação, eventos no interior do Estado, publicações realizadas, o inédito Qualis B4 da Revista Jurídica, várias parcerias com outras instituições, produção acadêmica própria por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), incremento dos inscritos no canal do CEAF no YouTube etc.

Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio do Dr. César Mattar Jr., Procurador-Geral de Justiça, sem a inestimável Diretoria Executiva do CEAF composta pela Dra. Ana Cláudia Bastos de Pinho - Diretora de cursos e eventos, Dra. Renata Valéria Pinto Cardoso - Diretora de pesquisas e grupos de estudo, Dra. Vyllya Costa Barra Sereni - Diretora de bolsas de estudo, auxílios financeiros e parcerias, a servidora Michelle Barbosa de Brito - Diretora de publicações, e a servidora Lúcia da Costa Florenzano - Diretora administrativa, e sem a equipe de servidoras(es) e estagiárias(os), às (aos) quais presto aqui meus agradecimentos.

José Edvaldo P. Sales
Diretor-Geral do CEAF MPPA

QUEM SOMOS?

Instituído em 28 de março de 2001, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é o órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar os cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento cultural, profissional e funcional dos membros e servidores da instituição, bem como a melhor execução de seus serviços e a otimização, disponibilização, utilização e operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros do Ministério Público, para melhor desempenho das funções institucionais (Lei Complementar N° 57, de 6 de julho de 2006, Art. 64).

No âmbito da produção e difusão do conhecimento, a partir do seu credenciamento na Plataforma de Instituições e do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o Ministério Público do Estado do Pará, por meio da atuação integrada da Diretoria Executiva do CEAF, com base na Emenda Constitucional n° 85, de 26 de fevereiro de 2015; Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e, Lei n° 13.243, de 11 de Janeiro de 2016, tem promovido e incentivado o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

DIRETORES



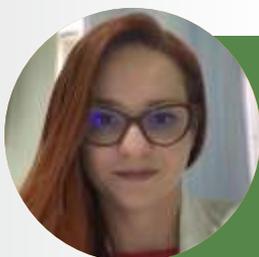
Diretor-Geral
José Edvaldo Pereira Sales
edvaldo@mppa.mp.br



Diretora de Cursos e Eventos
Ana Claudia Bastos de Pinho
anapinho@mppa.mp.br



Diretora de Publicações
Michelle Barbosa de Brito
mbrito@mppa.mp.br



Diretora de Pesquisas e
Grupos de Estudo
Renata Valéria Pinto Cardoso
renatav@mppa.mp.br



Diretora de Bolsas de Estudo,
Auxílios Financeiros e Parcerias
Vylly Costa Barra Sereni
vbarra@mppa.mp.br



Diretora Administrativa
Lúcia da Costa Florenzano
lflorenzano@mppa.mp.br

EQUIPE

ADMINISTRATIVO, APOIO E ESTÁGIO



Anderson Rodrigo C. Santos
andersonsantos@mppa.mp.br
(91) 4006-3527



Cláudia Torres da Silva
claudiatorres@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Clotilde Leal Costa Filha
clotilde@mppa.mp.br
(91) 4006-3649



Ednalva Rosa dos Santos
erosa@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Joyce C. Olimpio Ikeda
Ikedajoyceikeda@mppa.mp.br
(91) 4006-3649



Renata Gabrielle da Silva
renatasilva@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Sylvia Oliveira Santos
sylvia@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Vânia Viana Pinto
vianavania@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Elza Maria C. do Rosário
erosario@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Joel de Oliveira Assunção
joel@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Remir Monteiro de Souza
remir@mppa.mp.br
(91) 4006-3648



Ana Carolina da Silva Ramos
ceaf@mppa.mp.br



Alana Kawaguchi Barradas
ceaf@mppa.mp.br



Waldenize Soares Brasil
ceaf@mppa.mp.br



Davi Corrêa Gomes
In Memoriam

DIRETORIA DE CURSOS E EVENTOS

O C E A F investiu intensamente em ações de capacitação para membros, servidores, estagiários e comunidade em geral, ampliando a realização de eventos, à distância e presenciais, como mecanismo facilitador do processo de desenvolvimento institucional e profissional.

Foram mais de **117 cursos** e **8.976 certificações**.



DESTAQUES

Parcerias com universidades para oferta de Mestrado, Especializações e Aperfeiçoamentos

- *Mestrado em Segurança Pública - UFPA*
- *Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos - UFPA*
- *Aperfeiçoamento em Direito Ambiental - "Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais" - UFPA*
- *Especialização em Direito Eleitoral - CESUPA*

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

- *Sistema de Registro de Preços na Lei nº 14.133/2021: Inovações, Boas Práticas e Perspectiva Operacional*
- *Gestão e Fiscalização Contratual Eficiente: - Regime Contratual da Lei nº 14.133/2021*
- *Contratação Direta na Lei Nº 14.133/2021: Perspectiva Jurisprudencial, Impactos da Eletronicção e Transparência dos Procedimentos e Uso do Credenciamento*

- Rodas de Conversa - **CONTRATAÇÕES** - "Contratação Direta"
- Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD
 - Sistemas de Integridade Pública
 - Workshop Programa de Privacidade
 - LGPD requer que se tenha um! e o Workshop LGPD: Caminhos para a Adequação

TREINAMENTOS PARA OTIMIZAR DESEMPENHOS E RESULTADOS

- *Treinamento SAI - Sistema de Apoio à Investigação*
- *Treinamento: Plataformas "RTe RT Proview"*
- *Treinamento: Plataforma Lex Magister*
- *Treinamento para elaboração da LOA 2025 PCA 2025*
- *Treinamento: Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico-Treinamento*
- *Oficina: SISCONTA Eleitoral e as Representações Eleitorais por Doação acima do Limite*
- *Gestão de Promotorias: o Curso de OKR no Serviço Público, além do Workshop de Planejamento Estratégico*



PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS E ENCONTROS NACIONAIS

- II Congresso Nacional de Processo, Constituição e Tecnologia
- XVIII Congresso de Gente e Gestão - Da Amazônia para o Mundo: conectando pessoas e negócios
- XXV Congresso Nacional do Ministério Público
- 7ª Conferência Regional para América Latina de *La Asociación Internacional de Fiscales*
- IV Encontro Nacional de Promotores e Promotoras de Justiça da Educação
- Congresso Nacional do Júri
- Seminário Nacional "O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e seus aspectos contemporâneos"

- *Seminário Internacional: Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia com a Temática: Agenda 2030 e Ministério Público: Políticas Públicas e o acesso à justiça na Amazônia*
- *Encontro Regional Sul e Sudeste do Pará: A Questão dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza*
- *I Conferência do MPPA em Falência e Recuperação Judicial congregou no MPPA autoridades no tema com o objetivo de promover a discussão sobre os processos de falência e recuperação judicial e sua dinâmica social*

Em temáticas relativas à atuação na comunidade, o MPPA atuou para além da Capital. Esteve no interior do Estado apresentando formação e discutindo sobre temáticas como:

- *Medidas socioeducativas em meio aberto na perspectiva da Resolução CNMP nº 204/2019*
- *Tráfico de Pessoas*
- *Prevenção ao Suicídio*
- *Conflitos, Direitos e Moradia em Belém*
- *Enfrentamento a Violência Sexual; Mulher e Direitos*
- *O Impacto das Telas no Desenvolvimento Infantil; Mulheres Indígenas*
- *Atuação nas Organizações Criminosas*
- *Dinâmica de Desmatamento no Estado*
- *Reflexões em Educação Antirracista*
- *Racismo Algoritmo e Letramento*
- *Pessoa com Deficiência e o Mercado de Trabalho*
- *Pessoa com Deficiência e os Desafios para Inserção no Mercado de Trabalho*
- *Consumo Consciente*
- *Encontro Anual do Fórum Regional de Combate aos Impactos Causados pelo Uso do Agrotóxico do Sul e Sudeste do Pará*
- *Formação Criminal Regional e Lei Maria da Penha*
- *II Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas*
- *Projeto UBUNTU - Caminhos para a igualdade étnico-racial na Amazônia*

EGPA

Em parceria com a Escola de Governança Pública, o CEAF promoveu cursos nas temáticas: SIAFE - Execução Financeira, Orçamentária, Patrimônio; Formação de Pregoeiro: Presencial e Eletrônico e Controle Interno na Administração Pública.

Em sua maioria, os cursos e eventos do CEAF são ofertados na modalidade híbrida, sendo transmitidos pelo canal do CEAF no Youtube e/ou disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem.

COMUNICAÇÃO VISUAL NO AMBIENTE INSTITUCIONAL; EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

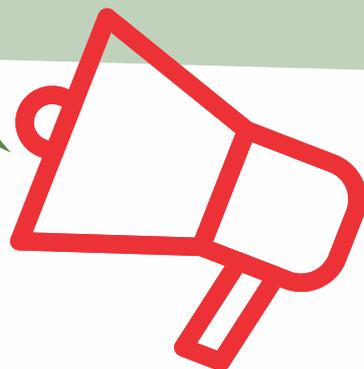
Dentro do conceito de comunicação visual, o CEAF, se comunica com o seu diverso público, através de elementos e ferramentas cotidianas e inerentes ao serviço público, dando ênfase ao compartilhamento de informações e conteúdo significativo por meio do uso de elementos visuais.

No segundo semestre de 2023, iniciamos a padronização de tópicos dentro de nosso material de divulgação a fim de destacar o conteúdo. Dando identidade ao conteúdo gerado, proporcionando compreender as informações e transmitir a mensagem de forma explícita ao público.



EM BREVE

- Mestrado em Administração (FGV)
- Curso de Aperfeiçoamento em Noções Gerais de Medicina Legal em tríplice parceria com a Secretaria de Segurança Pública, Instituto de Ensino de Segurança Pública e Instituto Médico Legal
- LIBRAS e redação jurídica com a EGPA
- Convênio com a ESMPSP para oferta dos cursos:
 - "Atualização em Direito Penal e Processo Penal";
 - "Justiça Terapêutica";
 - "Atualização em Direito Público e Coletivo" ;
 - "Criminalidade Organizada".
- Execução contratual na nova Lei de Licitação: da elaboração à extinção dos contratos
- Mestrado profissional no Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia - PPGDDA/UFGA, bem como a Especialização em sistemas de segurança integrada da informação e cibersegurança, com o Instituto de Tecnologia da UFGA, o ITEC.
- Governança das contratações
- transgênero e transgeneridade: em defesa da dignidade no cárcere



DIRETORIA DE PUBLICAÇÕES

APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO EDITORIAL

Na edição 2023 da Revista do Ministério Público com o tema: "Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais da Amazônia: protocolos e direitos de consulta", o CEAF promoveu o aperfeiçoamento do processo editorial da sua Revista Jurídica tornando-o integralmente eletrônico por meio do Sistema de Editoração OJS (Open Journal System), desde a submissão de artigos até a publicação, passando pelas avaliações por pares, rodadas de correções e diagramação.

ELEVAÇÃO - QUALIS B4

Em setembro de 2023, foi lançado o sistema eletrônico de edição da Revista Jurídica 2023 e a submissão de artigos em dossiê temático. O tema desta edição será "Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais da Amazônia: protocolos e direitos de consulta";

Nesse ano, a RJMPPA teve a classificação de relevância científica acrescida pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, passando de Qualis C para Qualis B4. É a primeira vez que a Revista do MPPA alcança classificação Qualis na categoria B, o que demonstra o grande avanço de qualidade alcançado com as normas e procedimentos voltados ao aperfeiçoamento do processo editorial do periódico.

Este espaço eletrônico de publicações gratuitas para trabalhos científicos produzidos por membros e servidores da Instituição, bem como por pesquisadores brasileiros e internacionais, sempre que suas contribuições forem consideradas pertinentes ao fazer Ministério Público. Toda a produção, avaliação e publicação é feita de forma eletrônica e os artigos podem ser submetidos diretamente no portal;

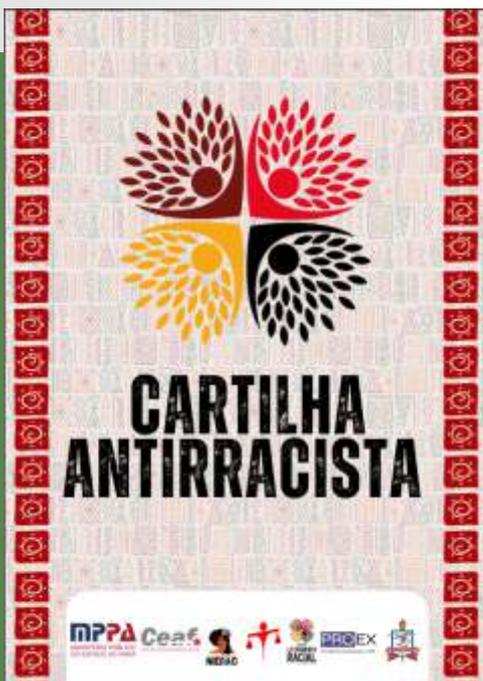
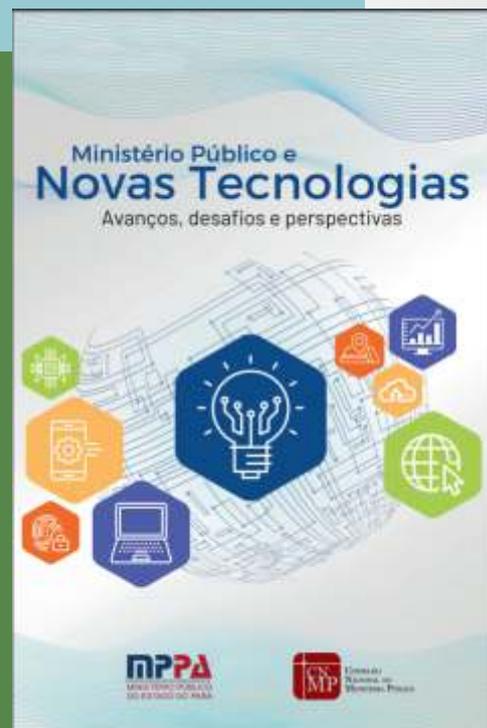
E-BOOK LITERÁRIO

Foi publicado o E-book "Ministério Público e Literatura", visando fomentar o desenvolvimento cultural dos integrantes do Ministério Público, estimulando a criação literária, conferindo visibilidade a talentos e promovendo a produção e circulação de obras literárias. Membros e servidores de Ministérios Públicos Nacionais mostraram seus talentos literários em 63 textos que compõem o livro eletrônico.

LANÇAMENTO DO E-BOOK JURÍDICO EM PARCERIA CEAf/UNC/CNMP

Em parceria com a Unidade Nacional de Capacitação do CNMP, foi publicado o E-book Jurídico "Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas".

A publicação recebeu artigos sobre temas contemporâneos e desafiadores, além de disseminarem o conhecimento e a prática de novas tecnologias no campo do direito, enfatizando a ação do MPPA como instituição essencial à função jurisdicional do Estado e comprometido com a defesa e a garantia dos direitos fundamentais. A obra conta com 9 artigos, com temas nas áreas Penal, Justiça Restaurativa, Reconhecimento facial e responsabilidade política do Estado pela violência de gênero no Brasil, entre outras.



- Eleições e Acessibilidade
- Crimes contra a Mulher
- Proteção à Mulher: ações para o enfrentamento à violência doméstica e familiar
- Cartilha Antirracista
- Revista LOA e PCA.

EDIÇÃO DE CARTILHAS

Foram produzidas pelo CEAf em parceria com os Centros de Apoios, Núcleos, Unidades e até universidades cartilhas que contribuem para a formação de conhecimento jurídico e consciência social sobre temas de grande relevância social e política.



EM BREVE

Publicação da "*Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará Edição 2022 e2023*".

Contemplando o ânimo dos servidores e membros da instituição, contando com artigos de variados temas como contribuição fundamental para a atividade-fim do MPPA, que ao final é o ser humano, o paraense, e aquele que habita o nosso território, seja nativo, visitante ou imigrante.



DIRETORIA DE BOLSAS DE ESTUDO, AUXÍLIOS FINANCEIROS E PARCERIAS

SUBVENÇÕES

Mais de 500 participantes entre membros e servidores foram subvencionados para participação em congressos, conferências, cursos e outras modalidades que contribuem para a qualificação profissional dos integrantes do MPPA.



CONTRATAÇÕES e TERMOS DE COOPERAÇÃO

Em 2023 o CEAF contratou e firmou parcerias com:

- **06 empresas** (*fundação Getúlio Vargas, Cesupa, Privilegium Cursos Ltda, Editora Fórum Ltda, Laboratorio de Convivencia Ltda e Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda*), objetivando, a execução do Curso "Gestão de Promotorias", Execução do Curso de Especialização em Direito Eleitoral, Execução do curso in company "**Sistemas de Integridade Pública**", Programa de Capacitação Fórum 2023/2024, Executar o curso "Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Diálogos" e Serviços de estudos técnicos com produção textual e visual, diagramação, editoração e impressão de exemplares da revista temática "Coquetel".

- **02 instituições públicas** (Ministério Público do Maranhão - **MPMA** e Instituto de Direito Administrativo do Pará - **IDAPAR**), tendo como fianlidade a cooperação técnico-científica, com vistas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas, cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações, nas áreas de interesse dos partícipes e cooperação técnico-científica, com vistas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas, cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações, nas áreas de interesse dos partícipes.

DIRETORIA DE PESQUISAS E GRUPOS DE ESTUDO

O CEAf, visando à concretização da Pesquisa, Ensino e Extensão, por intermédio da Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos (**DPGE**), por meio de seu grupo permanente: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (**GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA/CNPq**), tem desenvolvido atividades nos campos da Ciência, Tecnologia e Inovação com a produção e a difusão do conhecimento.

O CEAf COMO ESPAÇO DE INOVAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

Diante da função constitucional do Ministério Público no acompanhamento das políticas públicas e na promoção da transformação social, sobretudo na efetivação do Estado Democrático de Direito, o Projeto Expresso Direitos Humanos (Expresso DH) tem potencializado o caráter estratégico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, do Ministério Público do Estado do Pará (CEAF/MPPA). Destaca-se que as atribuições específicas do CEAf para a efetivação do Observatório e da Rede de Direitos Humanos, além da consolidação do mencionado projeto, trazem para o âmbito institucional a formalização da pesquisa acadêmica e científica.

Destaca-se, ainda, que, observando as atribuições do Ministério Público; os objetivos instituídos pelo Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021-2029) e pelo Planejamento Estratégico Nacional (PEN 2020-2029); bem como, para o cumprimento da Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o GEDHA, tal como determina a Portaria nº 4077/2021-MP/PGJ, tem por atribuição o cumprimento da Agenda 2030, em destaque o ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes cujo objetivo é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável e proporcionar o acesso à justiça em todos os níveis.

O Projeto Expresso DH é uma tecnologia social potencializadora de uma atuação do MPPA eficiente frente à complexidade do processo de expansão econômica transnacional na Amazônia e suas características excludentes do padrão de desenvolvimento historicamente marcado por conflitos socioambientais. Assim, ao operacionalizar iniciativas de concretização de um Observatório e de uma Rede de Direitos Humanos, o CEAf revela-se como um espaço estratégico de inovação e de implantação de novas tecnologias.

De modo que, as atribuições da Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos (DPGE) atribuí ao CEAf uma dimensão estratégica indispensável ao planejamento e atuação institucional, sobretudo, porque além de produzir e difundir estudos e diagnósticos, pode apontar para atualizações necessárias a fim de que as demais unidades do MPPA trabalhem dentro da perspectiva de uma gestão estratégica promovendo resultados mais eficientes nos serviços prestados à sociedade.

PLANO DE TRABALHO

1. **Termo de Cooperação MPPA/UNIFESSPA.** Acordo de Cooperação nº 002/-MP/PA (Publicado no DOE nº 35.138, p. 75, em 3 de outubro de 2022);

2. **Termo de Cooperação Técnica MPPA/MPMA.** Termo de Cooperação Técnico-científico nº 32.023/GPGJ (Publicado no DOE nº 35.280, p. 136, em 7 de fevereiro de 2023)

3. **Termo de Cooperação Técnica MPPA/UFPA.** Termo Aditivo nº 001, ao Termo de Cooperação Técnico-Científico nº 017/2021-MPPA/UFPA. SIP nº 1531/2023. (Aguardando a assinatura).

4. **Termo de Cooperação Técnica MPPA/PCPA.** Minuta de Termo de Cooperação entre o MPPA e a PCPA (Em processo de formalização) SIP nº 11267/2023; PAE nº 2023/756497. Técnica-Científica e Plano de Trabalho) com a Polícia Civil do Estado do Pará, por intermédio da Academia de Polícia Civil do Estado do Pará (ACADEPOL/PCPA), com vistas ao desenvolvimento

GEDHA: PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DO MPPA

Cabe destacar que o GEDHA conta com uma página própria no site do MPPA, contendo entre outras informações: sua área de concentração e linhas de pesquisa; o link de credenciamento no DGP/CNPq; bem como, uma explanação sobre os produtos e metas do Projeto Expresso DH sob sua atribuição.

- **Publicações** (clique sobre para acessar):

1. IKEDA, Joyce C.O. O Ministério Público como instituição de transformação social: Expresso Direitos Humanos e a questão da Amazônia. E-book: **Ministério Público e novas tecnologias: avanço, desafios e perspectivas**. ISBN: 978-65-89802-11-2. (p. 145-164).

2. IKEDA, Joyce C.O.; CARNEIRO, Marcelo. Violações dos direitos de comunidades quilombolas em Barcarena/PA e a atuação do MPPA. **Revista de Políticas Públicas**, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão. ISSN: 2178-2865. Qualis/CAPES (2017-2020): A1. **Dossiê temático: Amazônia: mudanças climáticas, devastação da natureza e lutas ambientalistas**.

3. **Relatório nº001/2023 - GEDHA/DPGE/CEAF-MPPA.** Referência: Projeto Expresso DH. Observatório de Direitos Humanos: Assunto: Questão agrária e a atuação do MPPA: uma análise preliminar a partir dos casos da região sul e sudeste do Estado do Pará.

4. **Nota Técnica nº001/2023 - GEDHA/DPGE/CEAF-MPPA.** Projeto Expresso DH. Nota Técnica vinculada ao Termo de Cooperação nº 002/2022-MPPA/UNIFESSPA. Plano de Trabalho: Violência contra vulneráveis e desenvolvimento regional no Pará: mapeando o problema e mensurando os impactos. Assunto: *Estupro e estupro de vulnerável*

OBSERVATÓRIO E REDE ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS (EXPRESSO DH)

Em relação ao Observatório de Direitos Humanos, seu objetivo geral é o de identificar e acompanhar os casos de violações dos direitos humanos e a situação do acesso à justiça e aos direitos fundamentais na Amazônia. Tendo como objetivos específicos: I - auxiliar no cumprimento das funções constitucionais do MP; II - auxiliar no acompanhamento das Políticas Públicas na Amazônia; e, III - auxiliar o desenvolvimento regional com sustentabilidade social e ambiental.

Plano de trabalho GEDHA:

termos de cooperação e parcerias

1. Termo de Cooperação MPPA/UNIFESSPA. Acordo de Cooperação nº 002/-MP/PA (Publicado no DOE nº 35.138, p. 75, em 3 de outubro de 2022)

2. Termo de Cooperação Técnica MPPA/MPMA. Termo de Cooperação Técnico-científico nº 32.023/GPGJ (Publicado no DOE nº 35.280, p. 136, em 7 de fevereiro de 2023)

3. Termo de Cooperação Técnica MPPA/UFPA. Termo Aditivo nº 001, ao Termo de Cooperação Técnico-Científico nº 017/2021-MPPA/UFPA. SIP nº 1531/2023. (Aguardando a assinatura)

4. Termo de Cooperação Técnica MPPA/PCPA. Minuta de Termo de Cooperação entre o MPPA e a PCPA (Em processo de formalização) SIP nº 11267/2023; PAE nº 2023/756497

MPPA

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Ceaf.

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL